

INSTITUTO TELECOM

■ Ano 1 ■ N° 0 ■ Maio de 2010

Plano Nacional de Banda Larga

Regime público é essencial



A deputada Luiza Erundina fala sobre a democratização da comunicação

■ Plano Nacional de Banda Larga

Regime público para assegurar o acesso universal

A criação de um Plano Nacional de Banda Larga pelo governo é um passo extremamente importante e essencial para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Mas, a discussão não termina aí.

É preciso que o governo perceba que a banda larga é tão necessária quanto a saúde, a educação e a segurança pública e empregue esforços para que esse serviço de interesse coletivo chegue a todos os cidadãos. Tão fundamental quanto discutir a banda larga, é debater um plano nacional integrado a todo este contexto de telecomunicações.

O PNBL é um avanço, mas ainda não se discute uma das principais questões: em que tipo de regime o serviço de banda larga vai ser prestado, público ou privado? Esta questão ainda não entrou na pauta e, infelizmente, a discussão tem se reduzido à reativação da Telebrás. O que se vê tanto na mídia quanto nas declarações do governo são polêmicas geradas em torno da volta da empresa, ou das tentativas das concessionárias em interferir nesse processo. O envolvimento da Telebrás no Plano Nacional de Banda Larga não é o item central, mesmo que o governo afirme que o objetivo da Telebrás é implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal, oferecer conexão banda larga aos pontos públicos e vender capacidade a empresas privadas, estados e municípios.

Pensar o PNBL apenas pelo envolvimento da Telebrás pode acabar inviabilizando o Plano, uma vez que sem um conjunto de empresas, tecnologias e soluções não será possível a universalização da banda larga no país. A Telebrás tem que ser mais uma ferramenta, mas não o único agente capaz de universalizar a banda larga.

As concessionárias também devem ser utilizadas estrategicamente como instrumentos de políticas de universalização. A estatal só seria capaz de realizar esta universalização sozinha se houvesse um investimento continuado que acompanhasse a crescente demanda por uma banda larga cada vez mais veloz e qualificada.

Dessa forma, uma das grandes questões políticas do PNBL é: por que a Telebrás tem que levar a banda larga para os mais pobres, e as concessionárias atenderem apenas a parcela mais rica da população? Não podemos correr o risco de a Telebrás acabar virando uma banda larga para pobre e as concessionárias virarem banda larga para rico. Porque é óbvio que é interessante para as empresas se ausentarem da obrigação de levar a banda larga para as regiões mais recônditas do país. O que elas querem é o filé mignon do mercado.

Atualmente, a telefonia fixa é o único serviço prestado em regime público. Mas é um direito do Estado e uma obrigação fazer com que as operadoras também trabalhem na universalização da internet e não se limitem à voz. Até porque nem mesmo este serviço é universalizado.

O Instituto Telecom defende que o governo deveria considerar o PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) como um dos principais mecanismos regulatórios da banda larga no Brasil. E que, com ele, o governo atue nos novos Contratos de Concessão que passam a vigir a partir de janeiro de 2011 estabelecendo obrigações para que as concessionárias levem banda larga a todos os lugares, com tarifas condizentes com a capacidade de pagamento da sociedade.

Tributos e tarifas

O governo afirma que vai fazer com que a banda larga chegue ao usuário com um preço mais em conta e acredita que pode interferir para uma possível queda nos valores oferecidos pelas concessionárias.

Já as empresas afirmam que se houver redução de tributos, os valores do serviço cairão. É uma afirmação, no mínimo, polêmica.

Como o serviço é prestado em regime privado, o mercado é quem determina o valor. Não se pode simplesmente reduzir o tributo e achar que o mercado vai repassar esse benefício para a sociedade. A redução de tributos é uma boa medida desde que seja assegurado que ela efetivamente seja revertida em benefício da população, sobretudo a mais carente. Essa garantia só é possível no serviço prestado em regime público, quando o Estado pode instituir tarifas diferenciadas para as camadas mais populares.

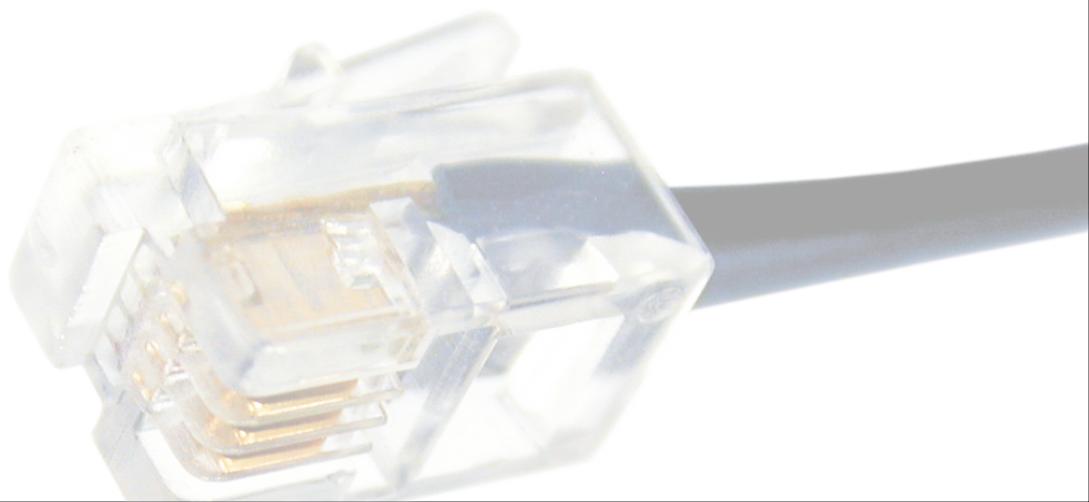
Essas ponderações mostram que a questão tarifária e tributária deve ser mais aprofundada no PNBL.

Conclusão

Para o Instituto Telecom, a melhor resposta para as demandas e obstáculos de infraestrutura e sociais da universalização da banda larga no Brasil é uma proposta híbrida. Todos os agentes têm um papel nesse processo. Tanto a Telebrás, se colocando como

um instrumento de regulação, quanto a participação das concessionárias como um instrumento de política pública. O PNBL tem que contemplar a participação do Estado intervindo e defendendo o interesse público quando necessário. Mas, deve ter em seu planejamento um projeto integrado com as operadoras fixas, de cabo, de celular e os provedores de acesso. Um planejamento levando em conta o fato de ser um plano nacional que é complexo e deve assistir o país do Oiapoque ao Chuí. Um plano que pense na diversidade de empresas com suas tecnologias distintas capazes de alcançar diferentes tipos de lugares e condições de renda.

O governo tem que continuar a estimular o debate sobre a banda larga e chamar a sociedade civil para participar ativamente dessa discussão que afeta diretamente a todos. O Fórum Brasil Digital tem sido apresentado pelo Estado como uma proposta interessante, com objetivos de formular um plano de ação a longo prazo para temas estratégicos como conteúdo, política produtiva e tecnológica, aplicações em serviços, direitos civis e estrutura institucional e regulatória. O Instituto Telecom se coloca como colaborador nesse debate, disponibilizando suas informações e especialistas para discutir ampla e democraticamente o Plano Nacional de Banda Larga.



■ Entrevista - Luiza Erundina

É preciso assegurar a acesso universal à internet.

Deputada federal pelo PSB-SP, Luiza Erundina tem sido uma lutadora incansável pela democratização da comunicação no Brasil. Em 1999, como líder do PSB na Câmara, apresentou requerimento para que o Congresso Nacional elegeisse e instalasse o Conselho de Comunicação Social, cuja regulamentação já completava oito anos. Em 2002, depois de árdua batalha, finalmente foi eleito o primeiro Conselho.

Defensora da realização da I Conferência Nacional de Comunicação, Luiza Erundina integrou a comissão organizadora do evento como representante da Câmara dos Deputados. Foi graças a sua emenda ao Orçamento da União que se garantiu os recursos para a 1ª Confecom, realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009, em Brasília.

Esta entrevista, que inaugura a Revista do Instituto Telecom, foi concedida via e-mail.

Instituto Telecom - Uma das principais discussões sociais é a questão da democratização da comunicação. Como o acesso da população aos serviços de telecomunicações e radiodifusão pode contribuir para o desenvolvimento do nosso país?

Luiza Erundina - *Como vivemos numa sociedade da informação e do conhecimento, o acesso da população do país aos serviços de telecomunicações e radiodifusão é condição para o seu desenvolvimento. Este, por sua vez, pressupõe o domínio e a incorporação das novas tecnologias da informática e da telemática, além de uma política pública voltada a universalização do acesso a esses serviços.*

Instituto Telecom - Embora a telefonia fixa esteja presente em todo o país, apenas 44,5% da população brasileira têm telefone fixo, 17,9 % não têm telefone e a exclusão digital é uma realidade. Quais são os principais problemas para

realizar a tão necessária universalização das telecomunicações?

Luiza Erundina - *Entre os principais problemas destacam-se: o alto preço dos serviços de telecomunicações; o baixo nível de renda da maioria da população; a concentração dos investimentos privados e da oferta dos serviços nas regiões mais ricas do país, visando lucros mais elevados; a ausência da ação do Estado como indutor dos investimentos privados e da desconcentração dos serviços, o que estimularia a concorrência e, conseqüentemente, a progressiva redução dos preços.*

Enfim, há necessidade de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, desenvolvendo ações complementares em que os custos seriam compartilhados. Assim seria possível oferecer os serviços onde eles não existem, com preços acessíveis, de modo a incluir o maior número possível de cidadãos e cidadãs à comunicação como um direito humano fundamental.

Instituto Telecom - Qual é o principal papel do Congresso Nacional na democratização dos meios de comunicação?

Luiza Erundina - *O principal papel do Congresso Nacional deve ser a atualização do marco legal das telecomunicações, com vistas a adequá-lo às exigências criadas pelas novas tecnologias que impactaram fortemente o setor. Entre outras medidas necessárias, citaria também a revisão dos critérios, procedimentos e prazos de vigência de outorga e renovação de concessões, tendo em vista o interesse público, e maior transparência; regulamentar os dispositivos constitucionais, coibindo monopólios e oligopólios; criar mecanismos de controle público*



sobre o conteúdo da programação e o cumprimento das exigências legais por parte dos concessionários; fazer indicações aos órgãos do Poder Executivo para que tomem medidas, no que lhes couber, no sentido de integrar e dar maior transparência às ações por eles compartilhadas na execução de políticas de comunicação.

Lamentavelmente, o Legislativo não tem mostrado interesse em influir nesse debate. Prova disso, foi a sua ausência no processo de construção e organização da I Confecom, limitando-se à participação de poucos parlamentares. O desinteresse do Congresso Nacional nessa questão também fica demonstrado no fato de que o Conselho de Comunicação Social, instituído em 1991, encontra-se desativado desde 2006 por negligência ou omissão da presidência do Senado que se recusa a convocar sessão do Congresso para eleger novos Conselheiros.

Fiz tudo o que meu mandato me reconhecia como prerrogativa para tentar reativá-lo. A última iniciativa foi fazer uma representação à Procuradoria Geral da República, consultando sobre o que poderia ser feito para obrigar o Senado Federal a cumprir a Constituição e a legislação brasileira com relação ao pronunciamento do Conselho, único mecanismo de participação da sociedade no âmbito da política pública de comunicação do país. Ainda estamos aguardando a resposta à nossa consulta.

Finalmente, o Legislativo poderia fazer a regulamentação do uso dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que vem acumulando recursos desde 2000, quando foi criado, e já dispõe de mais de 9 bilhões de reais.

Instituto Telecom - Quais as principais iniciativas do Congresso Nacional no sentido da democratização da mídia?

Luiza Erundina - O Congresso Nacional como instituição não tem interesse nem compromisso com a democratização da mídia em nosso país e, por isso, não encaminha qualquer iniciativa nesse sentido. Até

porque 10% dos Senadores e 16% dos Deputados Federais são concessionários de rádio e TV, não obstante ser inconstitucional. Contudo, alguns parlamentares, entre eles me incluo, temos sido ativos e militantes na defesa da democratização dos meios de comunicação, atuando dentro e fora do Congresso. Agora mesmo estou entrando com um requerimento para criação de uma frente parlamentar em defesa da democratização da comunicação, com participação de representantes da sociedade civil organizada. Esperamos que seja aprovado e se constitua num instrumento eficaz nessa luta que travamos há tantos anos.

Instituto Telecom - Em 2008, a senhora liderou uma subcomissão instalada na Comissão de Ciência e Tecnologia que propôs mudanças nos processos de concessão das outorgas de radiodifusão e resultou na proposta de uma emenda constitucional (PEC) que proibia os parlamentares de serem concessionários de empresas de rádio e TV. Quais foram os resultados desta discussão?

Luiza Erundina - A Subcomissão Especial para rever o marco regulatório da radiodifusão no Brasil, da qual fui presidenta, apresentou um amplo Relatório com propostas de alteração da legislação que regula a radiodifusão brasileira, com vistas a sua atualização e ao preenchimento de lacunas existentes, inclusive por falta de regulamentação de dispositivos da Constituição Federal de 1988.

O Relatório propõe mudanças significativas, e uma delas é a proibição da participação de parlamentares e detentores de cargos públicos em empresas de rádio e televisão. Além disso, o relatório também propõe a prioridade, nas concorrências, para concessão de canais de rádio e televisão para entidades e empresas que destinarem maior tempo para programação cultural, educativa e jornalística e produzirem e gerarem programas na localidade em que atuarão. O Relatório também trata do sistema de radiodifusão comunitária e propõe, dentre outros avanços, o aumento da potência de transmissão das rádios,

sobretudo em localidades com maior extensão territorial; elevação do número de canais; formação de rede; produção independente; flexibilização de veiculação de publicidade e viabilização da transição do sistema analógico para o digital.

Ou seja, o Relatório contém um levantamento completo da situação atual do marco regulatório do sistema de comunicação social brasileiro, assim como "recomendações" ao Poder Executivo, no sentido de que tome medidas para resolver problemas do setor que são de sua competência.

O relatório completo foi publicado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara e a versão digital pode ser obtida na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, no endereço www.bd.camara.gov.br.

Instituto Telecom - O governo está apresentando o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Como a senhora avalia esta proposta? Quais os pontos positivos e o que deve ser melhorado?

Luiza Erundina - *É uma proposta bastante positiva, sobretudo do ponto de vista de se propor a participação do poder público, ou seja, a prestação em regime público de um serviço estratégico e que aponta na direção do respeito a um direito humano fundamental, o direito à comunicação. Esse direito foi reafirmado no curso da organização e realização da 1ª Confecom e, num certo sentido, esse plano corresponde a muito daquilo que se discutiu nessa conferência.*

Tenho preocupação quanto aos prazos de implementação e às medidas previstas para que o Plano seja implementado até o final desse governo, de modo que a proposta não corra o risco de iniciar e não ter continuidade no futuro governo.

Mas essa política de universalização do acesso à internet banda larga, a meu ver, é algo absolutamente louvável, oportuno, e que vai, sem dúvida nenhuma, ser um fator de desenvolvimento para o país, de

distribuição de riqueza, de acesso ao conhecimento e de direito pleno de cidadania às regiões mais distantes e com mais dificuldades do ponto de vista socioeconômico.

Instituto Telecom - Qual é a responsabilidade do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil na implementação do PNBL?

Luiza Erundina - *O acesso universal à internet a um custo acessível, barato, com o domínio por parte dos cidadãos e cidadãs precisa ser assegurado, o que justifica a participação do poder público seja no gerenciamento ou até mesmo na prestação desse serviço em parceria com a iniciativa privada, afinal, a implementação de acesso universal à internet, um serviço estratégico e importante para a sociedade é uma decisão de governo.*

Acho importante também envolver as três esferas de governo – federal, estaduais e municipais – na concepção do Plano e na sua implementação para que sejam melhor contempladas as regiões do país com menor poder aquisitivo. Assim, descentraliza o serviço e aumentam as possibilidades de desenvolvimento, inclusão digital e inclusão social nas outras regiões do país, para além das regiões sul e sudeste.

Quanto à parceria com a iniciativa privada, a própria Lei Geral de Telecomunicações prevê no seu artigo 18 exatamente isso, a atuação do poder público junto com a iniciativa privada no sentido de assegurar a universalização dos serviços de telecomunicações. Reitero que, se o governo tem uma participação maior nessa parceria, vai ser melhor para pequenos e médios empreendedores e para a população em geral, porque promove a desconcentração do serviço e conseqüentemente o barateamento dele, o que torna mais viável a universalização.

Instituto Telecom - A senhora participou ativamente da construção e na realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, a Confecom. Passados quase seis meses desde a Conferência, que resultados concretos se pode apontar? Já há projetos de lei no Congresso



Nacional contemplando as propostas que foram aprovadas?

Luiza Erundina - Sem dúvida nenhuma, a realização da 1ª Confecom foi um momento histórico para o país, que vivenciou, pela primeira vez, uma mobilização nacional em torno de um tema tão vital para a democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Um dos frutos concretos da Conferência foi a criação da Altercom, a Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação, uma entidade que reúne representantes de veículos alternativos de comunicação e blogueiros e que surgiu a partir das mobilizações da Conferência.

Mas, infelizmente, ainda não houve uma reunião da Comissão Organizadora Nacional da Conferência, que envolve representantes do governo, sociedade civil, e setor empresarial para avaliar a Confecom. As entidades da sociedade civil, que reivindicaram e fizeram a Confecom acontecer, também não se mobilizaram ainda para avaliar o processo. Também por parte do Executivo e Legislativo, não tenho conhecimento de nenhuma ação concreta, para implementação de proposta aprovada ou mesmo avaliação.

Diante dessas ausências, nós apresentamos um

requerimento de audiência pública para avaliar a Confecom e discutir a implementação e o acompanhamento das propostas aprovadas e queremos propor também a realização de um seminário mais amplo, para aprofundar essa discussão.

Instituto Telecom - Às vésperas de eleições decisivas tanto para o Legislativo quanto para o Executivo, o país não possui um Conselho de Comunicação Social ativo e concessões polêmicas de rádio e TV já foram renovadas por mais 10 e 15 anos respectivamente. Como a sociedade civil pode se mobilizar para garantir que o próximo governante faça com que as comunicações e as telecomunicações sejam de fato um bem público?

Luiza Erundina - A sociedade se mobilizou e conseguiu que o presidente da República convocasse a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Isso representou uma grande conquista para a luta da sociedade civil organizada no campo da Comunicação. A sociedade construiu ativamente esse processo e foram aprovadas 672 propostas, que precisam se transformar em Políticas Públicas ou em iniciativas do próprio legislativo. Mas é preciso que a sociedade civil se rearticule, para cobrar do Executivo e do Legislativo, as iniciativas de implementação das propostas aprovadas.

1ª Conferência Nacional de Comunicação, Brasília



■ Novo perfil do trabalhador no setor de Telecomunicações

José Luiz Passos Jorge

Para compreender as novas características do trabalho no setor de telecom no Brasil é necessário retrocedermos há duas décadas atrás a fim de identificar a matriz dessas mudanças.

Ela está localizada no início dos anos 80, com o fim do chamado Estado de Bem-Estar, construído nas cinco décadas anteriores, com base numa "sociedade salarial", com crescimento da economia e política de emprego-carreira de longa duração e políticas públicas de fomento à economia, aos investimentos em infraestrutura e matriz energética, entre outras.

A onda devastadora do neoliberalismo, marcada pela retirada do Estado do cenário, fez aprofundar em todo mundo, em especial nos países em desenvolvimento, a pobreza em larga escala, graças à transferência de renda para as elites e para os países-sede do capitalismo.

Foi isso que justificou o desmonte do aparelho de Estado em áreas estratégicas e, conseqüentemente, a grande onda privatizadora.

Cabe lembrar de 1990, do Plano Nacional de Desestatização (governo Collor) e da Lei de Licitações 8666/93 (Itamar), que alinhou 12 grandes pretendentes a assumir as telecomunicações, o que se materializou com a Lei Mínima e a LGT, com a criação do órgão regulador, com FHC em 1998.

É partir desse cenário, em 1998, que a privatização das telecomunicações determina uma mudança essencial nas relações de trabalho no setor e coloca para toda a sociedade, e em especial para as lideranças sindicais, a necessidade de uma rápida reorientação de suas ações para enfrentar os desdobramentos econômico-sociais.

Em linhas gerais, duas grandes vertentes aparentemente contraditórias impactaram o perfil do trabalho no setor: a) a profunda e vertical precarização das relações de trabalho acompanhadas da geração de centenas de milhares novos e sub-empregos; b) a mudança extensiva do perfil sócio-econômico dos trabalhadores dessa categoria, então totalmente modificada.



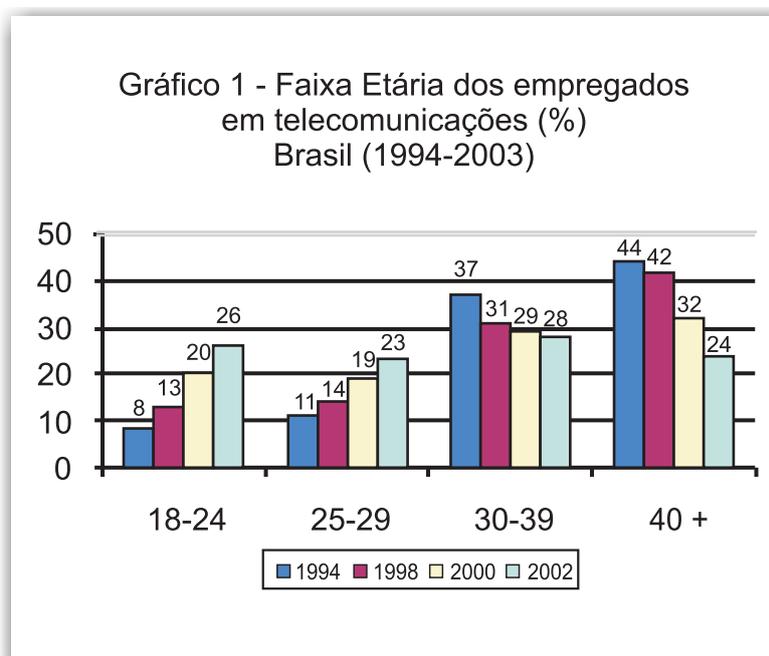
O ajuste de mercado, com três operadoras, com atores globais disputando mercados com características distintas, estabeleceu diferenças conceituais não tão relevantes no modo de operação dos serviços e na gestão do trabalho.

Cabe um parêntese aqui, porque metade do mercado (SP) ficou com uma só empresa, a Telefónica da Espanha – que já estava há 14 anos em países menores da América Latina, mas mantinha sua marca de empresa nacional da Espanha, que com a compra da Telesp se tornou um ator global. Dentro do mercado paulista, sem concorrência, ela determinou regras, prazos, condições no mercado e na contratação de prestadoras de serviço, mas se caracterizou também por uma atitude francamente negocial com a entidade sindical, sendo a primeira operadora a firmar um Código Internacional de Conduta com as entidades sindicais.

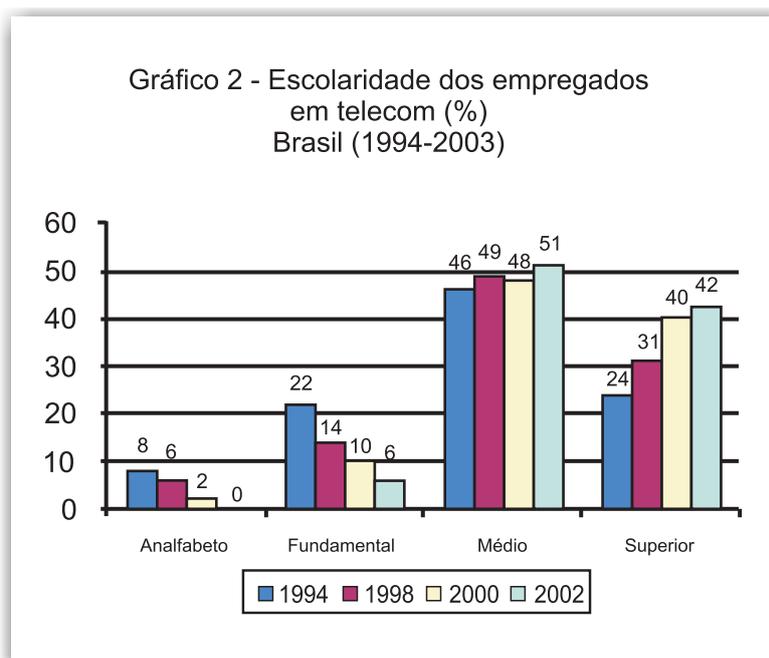
Na área Norte-Leste, a vitória de um consórcio nacional detonou um crise no trabalho do setor, sem precedentes, com 16 mil demissões em um único dia e na área Sul – Centro-Oeste um consórcio ítalo-nacional com três mercados culturalmente fortes nos estados do Sul, experimentou a contradição entre manter o corporativismo das ex-estatais com uma gestão aventureira que transformou a empresa em balcão de negócios. Em comum, o perfil do trabalho no setor teve o mesmo redesenho.

Quando falamos que a primeira marca da nova realidade criada foi a profunda e vertical precarização das relações de trabalho acompanhadas da geração de centenas de milhares novos e sub-empregos – tratamos de situar isto nos seguintes indicadores:

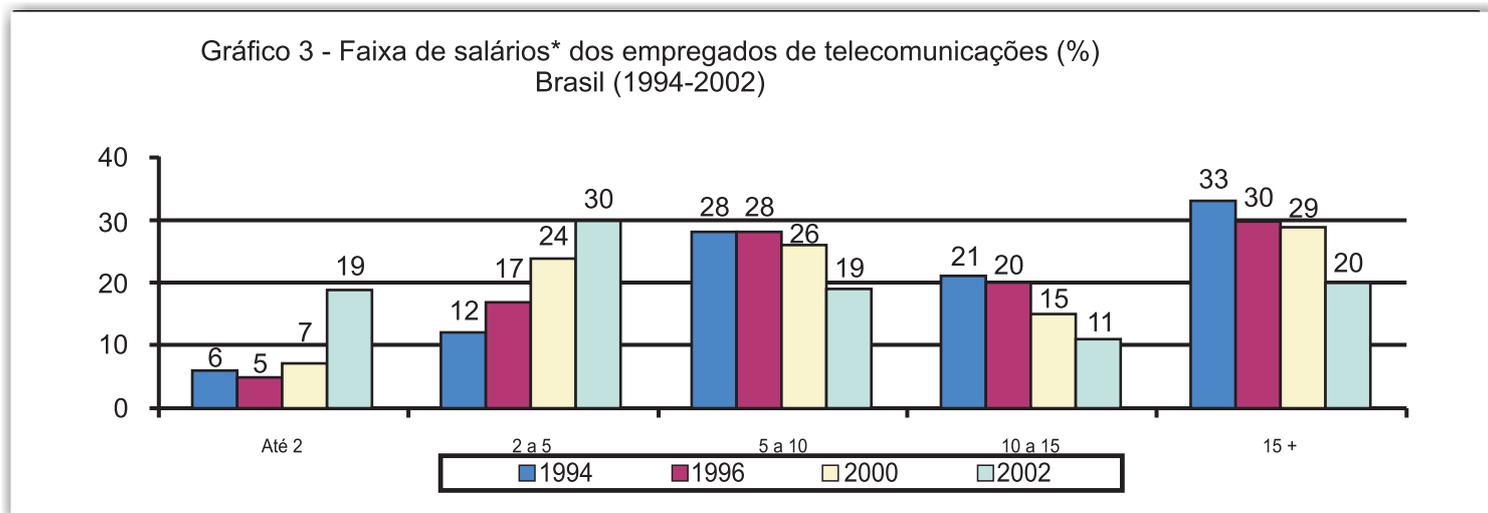
a) Até 1994, a maioria dos trabalhadores 44% estava na faixa etária acima de 40 anos. Hoje, 26% estão entre 18 e 24 anos, 23% entre os 25 e 29 anos. Claro, mudou por completo a prioridade, objetivos de vida e profissionais da maioria da categoria.



b) A escolaridade dos novos trabalhadores do setor mudou também. Enquanto até 1994 ainda existiam 8% de analfabetos, 46% tinham ensino médio e técnico profissionalizante e 24% nível superior, hoje 42% tem nível superior, 51% estão no nível médio.



c) Mas, a maior comprovação da mudança do perfil social da categoria está na consequência do processo de precarização:



Enquanto 33% da categoria recebiam 15 SM ou mais, 28% recebiam de 5 a 10 SM e 21% tinham remuneração entre 10 e 15 SM. Hoje, com menor idade e maior escolaridade, 19% recebem até 2 SM e 30% estão entre 2 e 5 SM. Esse processo também tem relação com a dependência tecnológica, uma vez que as provedoras de soluções e plataformas determinam o mix de serviços para o consumidor e operam esses sistemas com empresas subsidiárias prestadoras de serviços e aviltam o mercado de trabalho porque só elas oferecem essa opção de trabalho.

Outra consequência palpável é que se antes de 1998 o trabalho em telecomunicações era uma carreira profissional, que promovia uma identidade coletiva e social entre seus trabalhadores, após a privatização o trabalho em telecom passa a ser uma ocupação transitória para jovens que estão estudando, buscando empregos de meio período, para custear suas despesas pessoais, o que faz com que a categoria tenha perdido sua memória de grandes lutas e conquistas pioneiras, como o abono de Natal, hoje 13º salário, a aposentadoria especial, a periculosidade de 30% (já recuperada em muitas prestadoras de serviço), a jornada de 36 e 40 horas (hoje luta nacional).

São mudanças profundas características de um país dependente de tecnologia, que na chamada distribuição internacional do trabalho tem reservado nesse momento esse perfil de trabalho. Os sindicatos do setor precisam retomar a tarefa de construir uma identidade social desses jovens trabalhadores, como categoria. São centenas de milhares de jovens, mulheres, com empregos que tem uma vida útil de 24 a 30 meses, contra os 24 a 30 anos de antes da privatização, com muitas atividades ainda em processo de regulamentação, com urgência no enfrentamento das más condições de trabalho, do assédio moral e das novas doenças do trabalho, que estão prontos para serem mobilizados e organizados, desde que sintam firmeza e confiança nas organizações que os representam.

As empresas não podem escorar sua competitividade na contenção permanente da massa salarial e dos chamados direitos sociais, política que a maioria insiste em praticar. Os parâmetros gerais de recuperação salarial do país, os cerca de 80% de acordos coletivos com ganhos reais, tem que ser adotados como parâmetros das relações de trabalho do setor, agora que entramos na segunda década pós-privatização.

As ações de políticas públicas do governo Lula, amplamente comprometido com os interesses sociais do povo brasileiro começaram a promover alterações nesse cenário. A recuperação do valor real do SM é significativa, assim como a retomada depois de 25 anos dos investimentos em infraestrutura e tecnologia, já desenham para o balanço dessa primeira década dos anos 2000 um cenário que poderá ser comemorado como a superação das mazelas neoliberais – a crise mundial de 2008 nos EUA jogou uma pá de cal sobre o modelo, ao obrigar o governo Obama a investir mais de 20 bilhões de dólares públicos para preservar o bem estar e enfrentar o desemprego avassalador – e o retorno de um estado de bem estar social.

O movimento sindical do setor de telecom também articulou respostas que ajudaram a minorar os efeitos brutais da precarização. Muitos direitos sociais foram reincorporados em Convenções Coletivas de Trabalho de prestadores de serviço e no segmento de teleatendimento, além da reunificação da maioria dos sindicatos em uma única federação nacional. Mas, ainda há muito a ser feito. A unificação das datas-base, celebrar convenções coletivas nacionais de prestadoras de serviço e de teleatendimento, além da compreensão mais profunda do novo perfil econômico-social da categoria é o mapa para isso.

Assessor de planejamento e comunicação da FENATTEL.

■ PL 29 abre o caminho para a democratização das comunicações

Jorge Bittar

Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados o PL 29 representa um marco importantíssimo para a área de comunicações no Brasil. Ele configura uma iniciativa inédita por articular políticas consistentes para o ambiente de convergência digital e por inovar o tratamento do conteúdo audiovisual, que é um tema de grande importância cultural e econômica na medida em que abre mercado para a indústria criativa.

Vencida mais essa importante etapa, o PL irá ao Senado com todas as condições para também tramitar com agilidade e consistência nessa casa do Congresso Nacional. O fato de 2010 ser um ano eleitoral não terá maiores repercussões no tratamento da matéria, podendo influir apenas nos prazos, mas não necessariamente no que diz respeito ao conteúdo. O projeto está muito bem cercado de apoios políticos e de compreensão de sua natureza fundamental para o futuro da TV por assinatura.

Pela primeira vez há no país uma separação clara entre regulação de rede de telecomunicação e conteúdo audiovisual. É o marco inovador extremamente importante para que todas as empresas de telecomunicações possam oferecer os chamados serviços combinados com TV por assinatura, banda larga e serviço de voz. Hoje só as empresas de cabo têm essa possibilidade de fazer um serviço integrado numa única rede.

Durante o período em que estive licenciado do mandato de deputado federal, exercendo o cargo de secretário municipal de Habitação do Rio de Janeiro, o projeto não sofreu deturpações. Ao contrário, o que foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, e agora pela Comissão de Constituição e Justiça, ratifica todos os conceitos que nós desenvolvemos e implementamos.

A partir da aprovação no Senado, estará aberto um novo caminho para aprofundar o tema das comunicações no Brasil. O projeto, de alguma maneira, quebrou a idéia de que essa área é intocável. Até então, a legislação para esse setor era a mesma da década de 60, regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações.



O PL 29 mudou esse rumo. Através de suas proposições inovadoras e da interlocução que foi feita com os mais diversos setores da sociedade e da atividade produtiva, ele permitiu que pudéssemos pactuar um novo rumo e um novo patamar de entendimento com a introdução de mecanismos que permitem a democratização das comunicações no Brasil.

Este projeto, somado ao PNBL, nos permite levar conteúdos audiovisuais pela TV por assinatura e da IPTV a brasileiros que não tinham acesso a estes bens culturais importantes para a valorização da cultura. E também pode trazer oportunidades de empregos porque vai apresentar investimentos consideráveis em mão de obra qualificada para o mercado

A própria Conferência Nacional de Comunicação também foi um marco nesse sentido. De alguma maneira, ela se apropriou dos conceitos do PL 29 e os ratificou, no sentido do estabelecimento de cotas para a produção nacional, de uma política real de fomento para o audiovisual brasileiro, do papel especial que merece a produção independente, além de outros pontos. Isso é um novo diferencial para essa área, que tem uma grande importância sob o aspecto cultural e para o mercado do século XXI, onde a economia criativa ganha cada vez mais relevância.

Deputado federal (PT-RJ) foi relator do PL-29 na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal.



■ Normas e Padrões em Telecomunicações

Márcio Patusco

Tal como dinheiro é um padrão de valor, palavras são um padrão de comunicação e o metro é um padrão de comprimento, praticamente em todas as áreas do conhecimento humano tendemos à adoção de certas regras como forma de tornar nossas vidas mais fáceis, mais agradáveis e seguras. Em telecomunicações essa preocupação vem de muito tempo, através da atuação da UIT (União Internacional de Telecomunicações) organismo da ONU, com sede em Genebra, que se encarrega de estabelecer maneiras para que os sistemas tenham a capacidade de interconexão uns com os outros.

Os benefícios evidentes, tanto para os usuários como para as operadoras de serviços e fornecedores de equipamentos, passam pela maior transparência na interoperabilidade de equipamentos, facilidades de obtenção de múltiplas fontes de fornecimento, e estabelecimento de parâmetros de manufatura a serem seguidos. Não é à toa que mesmo países dos mais liberais do mundo dão importância fundamental à elaboração de normas e estabelecimento de padrões. Os EUA, por exemplo, têm cerca de 400 organismos de padronização dedicados às diversas áreas das aplicações técnicas, e em telecomunicações se destaca o FCC (Federal Communications Commission) com seus indefectíveis selos de conformidade.

Mas, o que vem a ser um padrão? Segundo a ISO (International Standard Organization), um padrão é um documento firmado por consenso e aprovado por um órgão reconhecido que provê regras ou características para atividades ou seus resultados, no sentido de se chegar a um grau de ordenação ótima em um dado contexto. E norma é um padrão adotado por uma entidade estabelecida cujo cumprimento se torna recomendável ou obrigatório.

Recentemente, a romântica figura do estabelecimento de normas e padrões internacionais, para dar melhor condição de vida ao indivíduo, vem sendo abandonada em favor de uma visão de se obter vantagens competitivas para acesso aos mercados. As indústrias buscam impor suas tecnologias e fazer com que elas se tornem padrão, e ao mesmo tempo colocá-las mais rapidamente ao consumo. O exemplo mais contundente dessa postura, que vem se realizando ao longo das últimas décadas, é o da Coréia, que ultimamente ocupa a coordenação de várias comissões



de estudo em padrões de telecomunicações nos diversos organismos internacionais. Portanto, padrões não são mais uma discussão pura, e sim, refletem a força e os objetivos de negócio daqueles que os influenciam, e a participação dos países é tão maior quanto maior é a importância que ele dá às políticas industriais e ao desenvolvimento de tecnologia.

No Brasil, o que se observa atualmente, é uma indefinição clara de responsabilidades. Enquanto a LGT (Lei Geral de Telecomunicações) atribui à Anatel a elaboração das normas e padrões (artigo 19, itens IV, VIII, X, XII e XIV), a Anatel por seu lado não reconhece como sua essa responsabilidade. Como resultado dessa inconsistência, não existe um esforço sistemático na padronização nacional, ficando o setor movido a ações espasmódicas nessa área e resultando em um cenário de desenvolvimento incipiente para as empresas nacionais.

Dessa forma, impõe-se uma ação do Ministério das Comunicações para instrumentar a elaboração de normas padrões que atendam aos requisitos nacionais específicos, como parte da definição das políticas industrial, de pesquisa e desenvolvimento e de ciência e tecnologia para o setor. Devemos urgentemente envolver todos os interessados em sua definição, sejam eles governo, usuários, operadoras, fabricantes, órgãos de pesquisa, universidades e entidades afins, na busca de um novo processo que se adéque à nossa realidade.

Engenheiro de Telecomunicações, trabalhou na implantação da Rede Nacional de Telex da Embratel, onde coordenou o planejamento de introdução de novas tecnologias. Foi representante brasileiro em reuniões da União Internacional de Telecomunicações – UIT. É autor do livro RDSI a Infraestrutura para a Sociedade da Informação. Atualmente atua na Divisão Técnica de Eletrônica e Tecnologia da Informação - DETI - do Clube de Engenharia e nas Comissões Brasileiras de Comunicações - CBCs - da Anatel.

■ Legado das privatizações na Argentina e conflito social

Juan Montes Cató

A privatização da empresa estatal de telecomunicações na Argentina, em 1990, foi considerada pelos trabalhadores uma mudança radical nas relações e nas condições de trabalho. Diminuiu o número de trabalhadores a mais da metade, através de demissões disfarçadas em "aposentadoria voluntária". Atividades das empresas do mesmo grupo empresarial foram terceirizadas. A jornada de trabalho aumentou (retomando os decretos da ditadura e o desconhecimento das condições de insalubridades da atividade). Foram assinados contratos coletivos de trabalho que incorporaram cláusulas flexíveis. Tudo isto beneficiou o aumento da produtividade às custas da sobrecarga e da precariedade para os trabalhadores.

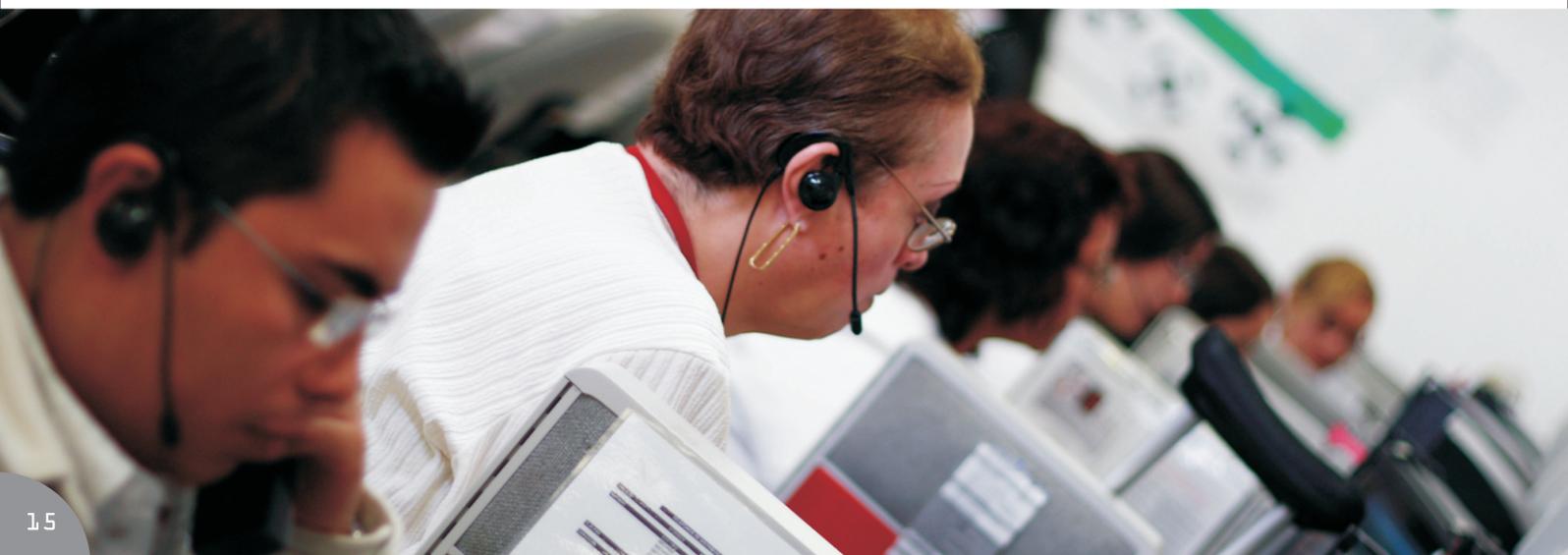
Estas modificações tiveram dois objetivos: 1) operar sobre o fator da redução dos custos associados aos salários com a suspensão do contrato coletivo dos trabalhadores e dos sindicatos, ou, em outros casos, enquadrando estes trabalhadores em sindicatos que possuíam salários mais baixos e condições de trabalho mais precárias, como o de construção civil e de comércio. 2) O outro objetivo era modificar a homogeneidade da força de trabalho para reduzir a capacidade de ação sindical. Em particular, implementou-se um conjunto de políticas de gestão que visava quebrar a identidade do trabalhador que teve o sindicato como um ator-chave.

Embora estas políticas corporativas tenham sido eficientes durante praticamente 10 anos, em 1997, quando há uma mudança na liderança do principal sindicato do setor, (Foetra Buenos Aires), a força sindical passa a articular ações de resistências coletivas e a sair do plano estritamente individual. Um dos principais conflitos da época seria apresentado por um grupo de jovens empenhados em defender os postos

de trabalhos. Esta medida foi um marco para as lutas do setor de telecomunicação e para o movimento sindical em geral, porque eles conseguiram incorporar os trabalhadores demitidos, demonstrando que se podia criar resistências às políticas neoliberais, precisamente naquelas empresas onde o capital foi varrendo toda a oposição.

Um dos motivos deste conflito e os que permanecem nos negócios de call center terceirizados é a organização de base no local de trabalho. Retomando uma rica tradição operária na Argentina, em termos de constituição de delegados, comissões internas e órgãos delegados, o sindicato conseguiu com esta relação direta com as bases capitalizar e constituir um recurso de mobilização e poder. A partir de 2003, em diversos setores produtivos também aparecem demandas de maior participação dos trabalhadores na organização política sindical de base. Se este processo se consolidar, existem boas perspectivas para o movimento operário argentino.

Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho e professor da Universidade de Buenos Aires, Argentina.



■ A Confecom não foi televisionada...

Marcos Dantas

A realização da Iª Confecom foi uma vitória da sociedade e um sucesso de público. Mas não foi televisionada. Apesar de boicotada pela Rede Globo, à frente da Abert, e pelo cartel dos grandes jornais, nucleados na ANJ, a Confecom mobilizou e reuniu, ao longo de dois a três meses, em todo o Brasil, nas preparatórias municipais e estaduais, cerca de 30 mil pessoas para discutir os rumos das comunicações brasileiras. Dessas discussões, foram eleitos mais de 1.600 delegados que, em Brasília, ao longo de dois dias de muito trabalho e muita negociação, aprovaram 672 propostas, 601 das quais por consenso, muitas delas de grande importância para estabelecer um novo programa político e normativo para as comunicações brasileiras.

Duas entidades empresariais não acompanharam o boicote e se credenciam para sentar à mesa das discussões futuras: a Abra e a Telebrasil. Fizeram algumas exigências para participar, é verdade, mas se temiam ser esmagados em alguma votação democrática, até por essas exigências mesmas indicavam a intenção de seguirem participando do debate. No final, as regras valeram para todos. Como pau que dá em Chico, dá em Francisco, as "questões sensíveis" tanto serviram para barrar algumas teses apoiadas pelos movimentos sociais, como também para vetar outras, de interesse do empresariado. No entanto, viu-se, a maioria das teses substantivas puderam ser aprovadas por amplo consenso, entre elas, a criação do Conselho Nacional de Comunicações, a proibição à publicidade dirigida a crianças, a entrada das "teles" na TV por assinatura com proteção (inclusive por cotas) à produção audiovisual nacional. A Confecom demonstrou para empresários e não-empresários, ser possível sustentar posições divergentes sem mútuas agressões e ser possível construir posições convergentes com mútuas concessões. Com certeza, para a Abra e para a Telebrasil, o encontro resultou num positivo aprendizado democrático.

Para o êxito da Confecom, o Governo Lula teve papel decisivo. Compreendeu que a conferência não podia se realizar sem a presença do empresariado e se desdobrou para assegurar essa presença, inclusive aceitando, para tanto, suas polêmicas exigências.



Para a realização do encontro, foi também muito importante a atuação de entidades comprometidas com o êxito do Governo Lula, a exemplo da CUT ou do FNDC. Compreenderam as dificuldades do Governo e o apoiaram em momentos muito polêmicos. Mas principalmente, para o sucesso da Confecom, foi decisiva a mobilização e participação de milhares de quadros e militantes de sindicatos e movimentos sociais. Até antes da Conferência, os debates sobre políticas públicas para as comunicações pareciam restritos aos profissionais do ramo (trabalhadores das "teles", engenheiros de telecomunicações, jornalistas, radialistas etc.) e a uns tantos acadêmicos especializados. O processo atraiu milhares de quadros e militantes, cujas lutas são afetadas (quase sempre negativamente) pelo comportamento dos meios de comunicação empresariais ou que, nessas lutas mesmas, constroem os seus próprios meios alternativos, sejam rádios comunitárias, sejam jornais alternativos, sejam sítios na internet. Esses não-profissionais tornaram-se, definitivamente, atores no debate. Daqui para a frente, graças à Confecom, dificilmente se discutirão políticas públicas e normas regulatórias para as comunicações sem que sejam ouvidas também as vozes desses que muito têm a dizer e querem dizer sobre suas reais condições de vida, suas ambições materiais e culturais, seus próprios destinos como cidadãos. Não poucas propostas aprovadas, por isso mesmo, defendem o fomento público ao fortalecimento de uma verdadeira "mídia livre".

Professor da Escola de Comunicação da UFRJ, ex-secretário de Planejamento do Ministério das Comunicações e de Educação a Distância do MEC, delegado do Estado do Rio de Janeiro, pela sociedade civil não-empresarial, à 1ª Confecom.

